



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo n° 15374.002493/2009-98
Recurso n° 00000 Voluntário
Acórdão n° **2803-00.979 – 3ª Turma Especial**
Sessão de 24 de agosto de 2011
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL
Recorrente EQUIPE 1 ACADEMIA LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Data do fato gerador: 09/04/2007

PREVIDENCIÁRIO. CUSTEIO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. PRAZO DECADENCIAL. CINCO ANOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE Nº 08, DO STF.

1. O Supremo Tribunal Federal, conforme entendimento sumulado, Súmula Vinculante de n° 8, no julgamento proferido em 12 de junho de 2008, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei n° 8.212 de 1991.
2. No caso destes autos deve-se aplicar a regra disposta no inciso I do art. 173 do CTN. Portanto, encontram-se atingidos pela fluência do prazo decadencial os fatos geradores apurados pela fiscalização.

Recurso Voluntário Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Relator(a), em razão da decadência do lançamento.

(assinado digitalmente)

Helton Carlos Praia de Lima - Presidente.

(assinado digitalmente)

Amílcar Barca Teixeira Júnior - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Helton Carlos Praia de Lima (presidente da turma), Oseas Coimbra, Eduardo Oliveira e Amílcar Barca Teixeira Júnior, Gustavo Vettorato.

CÓPIA

Relatório

Trata-se de Auto de Infração – AI (CFL 68), lavrado em desfavor do contribuinte acima nominado, por infração ao art. 32, inciso IV e parágrafo 5º, da Lei nº 8.212/91, acrescentado pela Lei nº 9.528/97, combinado com o art. 225, inciso IV e parágrafo 4º, do Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99, tendo em vista que a empresa apresentou GFIP com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, caracterizada conforme descrição no Relatório Fiscal do Auto de Infração de fls. 12/14.

O Contribuinte foi notificado do lançamento apresentou defesa tempestiva.

A impugnação foi julgada em 19 de dezembro de 2007, emendada nos seguintes termos:

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Período de apuração: 01/01/1999 a 31/12/2001

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. GFIP COM DADOS NÃO CORRESPONDENTES AOS FATOS GERADORES DE - TODAS AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. RELEVAÇÃO PARCIAL.

Incorre em infração, por descumprimento de obrigação acessória, a empresa que apresenta GFIP com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, conforme previsto no art. 32, inciso IV e parágrafo 5º, da Lei nº 8.212, de 24/07/1991, acrescentado pela Lei nº 9.528, de 10/12/1997, combinado com o art. 225, inciso IV e parágrafo 4º, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99. (CFL -68).

A entrega pela autuada de GFIP dentro do prazo de defesa, informando parte dos fatos geradores omitidos implicará na relevação parcial da multa, nos termos do art. 291, parágrafo 1º do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99 c/c art. 656, parágrafos 5º e 6º da Instrução Normativa SRP nº 03/2005.

Lançamento Procedente

Inconformado com resultado do julgamento de primeira instância administrativa, o contribuinte apresentou recurso tempestivo, onde alega, em síntese, o seguinte:

- No período em que a empresa foi fiscalizada pelos auditores da previdência social, foram solicitados vários documentos trabalhistas e contábeis, que foram devidamente apresentados dentro do prazo legal que foi estabelecido pelo pela auditora Sra. Mônica. Terminada a fiscalização houve apuração e levantamento de débito aceito e parcelado automaticamente pela empresa e pago (em curso) rigorosamente conforme a legislação previdenciária.

- é surpreendente que após anos (vide época da fiscalização) que a empresa receba multa sob alegação de descumprimento de obrigações acessórias visto que foi orientado pelos auditores a corrigir toda documentação contábil e trabalhista posterior ao período e não do período fiscalizado.

- Ciente que a lei mantém o propósito de ajudar e não prejudicar o contribuinte solicitamos a impugnação da multa referida, visto que nem mesmo os órgãos responsáveis pelo processo conseguiu localizá-lo.

Não apresentadas as contrarrazões.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Amílcar Barca Teixeira Júnior, Relator.

Sendo tempestivo, conheço do recurso e passo ao seu exame.

O Supremo Tribunal Federal, de acordo com entendimento sumulado, Súmula Vinculante de n.º 8, no julgamento proferido em 12 de junho de 2008, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei n.º 8.212 de 1991, *in verbis*:

Súmula Vinculante n.º 8 “São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário”.

Conforme previsto no art. 103-A da Constituição Federal, a Súmula de n.º 8 vincula toda a Administração Pública, devendo este Colegiado aplicá-la:

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

Uma vez não sendo mais possível a aplicação do art. 45 da Lei n.º 8.212/91 há que serem observadas as regras previstas no CTN.

As contribuições previdenciárias são tributos lançados por homologação. Assim, deve, em regra, observar o disposto no art. 150, parágrafo 4º do CTN. Na situação vertente, no entanto, observar-se-á a regra disposta no inciso I do art. 173 do referido diploma legal, *in verbis*:

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I – do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

O enquadramento da decadência na forma do inciso I do art. 173 do CTN é aplicável, *in casu*, tendo em vista que o contribuinte em questão deixou de informar na GFIP o *pro labore* pago ao sócio Alcides Soggia Júnior, no período de 01/1999 a 12/2001.

Nestes autos, o contribuinte tomou ciência da notificação em 11/04/2007. A documentação que embasou o lançamento diz respeito às competências de 01/01/1999 a 31/12/2001. Destarte, não resta dúvida de que a pretensão do fisco está fulminada pela decadência, devendo ser aplicada a Súmula Vinculante nº 08, do Supremo Tribunal Federal.

Pelo exposto, voto por CONHECER do recurso para, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, observada a regra disposta no inciso I do art. 173 do CTN.

É como voto.

(Assinado digitalmente)

Amílcar Barca Teixeira Júnior – Relator.